

FÁBIO WANDERLEY REIS

|

Os problemas relacionados à reforma política no Brasil se enfrentam com dilemas quanto a dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, quanto aos objetivos que cabe perseguir, é preciso que as instituições a serem construídas ou reformadas se mostrem capazes de conciliar o desiderato de *representatividade democrática* com o de *eficiência*. Enquanto a eficiência supõe fins dados para que se possam dispor de modo adequado os meios a serem empregados, a democracia supõe justamente fins múltiplos de diferentes atores e de conciliação problemática. É claro que a democracia é uma consideração crucial, em especial diante das muitas turbulências da história política brasileira de várias décadas recentes, culminando na penosa experiência da ditadura de 1964. É indispensável, porém, que o empenho de assegurar instituições capazes de operar de maneira plenamente democrática se mostre compatível, sobretudo nas condições da nova dinâmica econômica mundial e das imposições da “austeridade permanente”,¹ não só com o estímulo à eficiência dos agentes privados e dispersos na busca dos legítimos objetivos próprios que possam ter em diferentes áreas, mas também com a agilidade e a eficiência da aparelhagem estatal ao perseguir os fins comuns da coletividade.

1. Veja-se Paul Pierson, “Coping with Permanent Austerity: Welfare State Restructuring in Affluent Societies”, em Paul Pierson (ed.), *The New Politics of the Welfare State*, Oxford, Oxford University Press, 2001.

Mas há um segundo dilema correlato. Ele aponta para o fato de que, além da necessidade de que as instituições como tal sejam eficientes, a própria implantação de instituições democráticas envolve considerações de eficiência. Surge, assim, a indagação sobre como agir para tornar efetiva a reforma, e vê-se que a dificuldade diz respeito, na verdade, à natureza mesma das instituições políticas. Será suficiente o esforço de “engenharia política” que busque alterar os dispositivos legais relevantes – vale dizer, as instituições se reduzirão a tais dispositivos? Ou esse “artificialismo” legal se verá fadado a esbarrar na viscosidade de um contexto ou mesmo uma cultura resistente, que talvez impregne o dia-a-dia e impeça a “decantação” em que as leis “pegam” e se tornam parte real do contexto relevante? As instituições verdadeiras não dependerão justamente de que os dispositivos legais se enraízem no substrato social e cultural?

2

As questões doutrinárias e analíticas envolvidas em tais dilemas se ramificam por diferentes dimensões dos temas que se acham em discussão a propósito da reforma política. Começemos com o plano mais amplo em que se trata do próprio processo geral de institucionalização e consolidação da democracia.

Conduzido de modo apropriado, esse processo requer um equilíbrio em que o Estado venha a ser, ao mesmo tempo, suficientemente aberto e sensível diante da multiplicidade de interesses que se dão na sociedade e suficientemente autônomo para evitar tornar-se o prisioneiro ou o “comitê executivo” de algum ou alguns desses interesses, ou um agente propenso a privilegiá-los. Temos aqui muitas confusões, envolvendo sobretudo a questão da autonomia do Estado e sua relação com a autonomia dos próprios cidadãos. Delas nascem demandas contraditórias: por uma parte, atentando para o ideal de soberania popular, pretende-se que o Estado *não* seja autônomo, como condição de que seja democrático; por outra parte, tendo em vista as desigualdades existentes na sociedade, pretende-se também que o Estado *seja* autônomo, de forma a ter condições de perseguir o interesse público com independência perante os grupos ou categorias de maior poder privado.

Uma faceta algo distinta do mesmo problema é a de até que ponto seria necessário contar com cidadãos capazes de se afirmarem por si mesmos ou, ao contrário, em que medida seria adequado contar com o paternalismo estatal. A indagação ganha relevo mais intenso com a globalização e a nova dinâmica econômica da atualidade. O compromisso socialdemocrático e o estado de bem-estar, vistos há pouco como cruciais para a estabilidade democrática que

se seguiu à Segunda Guerra Mundial, especialmente na Europa, e em que os direitos do cidadão se expandiram dos planos civil e político para o plano social, são agora postos em xeque na reafirmação do liberalismo, que remete os direitos sociais às asperezas do mercado. Mas há, de um lado, o *fato* puro e simples de que continuamos a ter o apego difundido das populações ao estado de bem-estar, descrito como *immovable object* na literatura pertinente.² De outro lado, doutrinariamente não há substituto real para a socialdemocracia e o equilíbrio que ela permite, ainda que sob formas institucionais variadas, entre o desiderato de autonomia dos cidadãos (que supõe a possibilidade de decisões independentes na decisiva esfera econômica e, portanto, o mercado) e o de solidariedade (que supõe o Estado de algum modo ativo e interventor). A idealização da “sociedade civil” e do “terceiro setor”, com a dispersão e os objetivos muitas vezes antagônicos que caracterizam os atores que os integram, analogamente ao que ocorre no mercado, não é resposta para os problemas. E a oposição ao paternalismo estatal não tem como deixar de reconhecer que o Estado democrático não pode ser aquele que se acomode, sem mais, à capacidade diferencial de pressão dos diversos focos privados de interesses.

Assim, no plano mais geral, o problema das reformas institucionais se vê diante de desafios complicados, que estão longe de ser adequadamente tidos em conta na afirmatividade de certos simplismos ideológicos antigos ou novos. Esses desafios se traduzem, em particular, em como produzir a aparelhagem institucional capaz de responder à perplexidade que cerca as relações entre a política econômica realista e eficaz que as condições mundiais exigem, de um lado, e, de outro, a política social ambiciosa e efetivamente incorporadora de que o país necessita.

3

Um aspecto saliente disso diz respeito à dinâmica político-partidária. Naturalmente, muitas das dificuldades e turbulências que há tempos envolvem a história política brasileira giram em torno das posições sobre as mesmas velhas questões de política econômica e social (nas quais se centra o crucial problema “constitucional” da apropriada incorporação popular), não obstante a perplexidade especialmente aguda que essas questões agora suscitam. Seja como for, parte decisiva do desafio político-institucional do país

2. Cf. Pierson, “Coping with Permanent Austerity”.

tem a ver com a eventual construção de partidos que viessem a atuar não como meros instrumentos “fisiológicos” dos interesses restritos de grupos e clientelas, mas como agentes portadores de respostas universalistas e consistentes àquelas questões – desafio agudamente agravado, em nosso caso, pela herança de desigualdade e sua contribuição negativa para os recursos educacionais e intelectuais de amplas parcelas do eleitorado popular e as deficiências resultantes nas relações com a política.³ No quadro da Guerra Fria e do enfrentamento internacional entre capitalismo e socialismo, as dificuldades tendiam a resumir-se em que as respostas universalistas eram percebidas como envolvendo a ameaça de “subversão” da ordem capitalista e justificando reações conservadoras e antidemocráticas.

A derrocada do socialismo, como parte das transformações recentes da cena mundial, altera de modo importante esse quadro. A trajetória político-eleitoral do PT, herdeiro das suspeitas do *establishment* quanto à ameaça subversiva da “esquerda”, expressa com clareza as alterações ocorridas. Tendo seu acesso à Presidência da República como objeto de um veto latente (e às vezes explícito) de setores conservadores, acaba reproduzindo no plano doméstico o aprendizado de realismo e moderação realizado por vários partidos e líderes originários da esquerda pelo mundo afora, empenhando-se com êxito na aproximação com o empresariado na campanha eleitoral de 2002 e executando no governo a política econômica necessária para neutralizar os sinais de crise possivelmente catastrófica e possibilitar que o país se inserisse de maneira favorável, em boa medida, na nova dinâmica econômica internacional. É igualmente relevante no processo geral o fato de que tenhamos tido, no momento anterior, a afirmação eleitoral do PSDB. Sob a liderança destacada de Fernando Henrique Cardoso, ele próprio também marcado por longa ligação com idéias e movimentos de esquerda, a consistência exibida pelo PSDB, que mobilizou muitos dos melhores quadros intelectuais e administrativos do país, certamente permite distingui-lo, junto com o PT, no quadro geral dos partidos políticos brasileiros. E seria com certeza desejável, do ponto de vista do anseio por entidades partidárias capazes de canalizar a participação

3. Cabe reconhecer, a propósito, o fato de que, como conseqüências de políticas educacionais relativamente bem-sucedidas que se executam há algum tempo, o eleitorado popular brasileiro tem exibido melhoras quanto ao acesso à educação. Não obstante, como os estudos do Latinobarômetro, em particular, deixam claro, ao permitir a comparação com os demais países da América Latina, os dados do Brasil a respeito continuam a ser penosamente negativos em suas conseqüências para o processo político-eleitoral.

popular de maneira a combinar sensibilidade social e consistência com perspectivas de estabilidade institucional e administração eficiente que, em vez de enfrentamento a que os dois partidos se viram levados e que marcou a política brasileira no período recente, a aproximação ou mesmo a eventual fusão entre PSDB e PT permitisse superar os muitos aspectos negativos do “presidencialismo de coalizão” (Sérgio Abranches) e das permanentes barganhas destinadas a assegurar apoio governamental no Congresso.

Sem dúvida, cumpre destacar, no contexto definido pelas características do eleitorado popular brasileiro, a singularidade – e o caráter positivo – da experiência que o PT representa pela combinação de dois traços: de um lado, o esforço, peculiar na história dos partidos brasileiros, de construção institucional conduzida em termos que, não obstante a importância especial da figura de Lula, não se reduziam ao personalismo, mas mobilizavam importante capital simbólico ligado a princípios ideológicos e éticos e incentivavam a participação e a militância juntamente com a disciplina; de outro lado, a viabilidade eleitoral trazida pelo simbolismo popular difuso associado a Lula, por meio da qual o partido pôde capitalizar os mesmos fatores que tradicionalmente favoreceram o populismo no país.⁴ Essa combinação permitia esperar que o PT, além de representar um instrumento de canalização partidária e mais sadia das identificações e da participação político-eleitoral da massa popular majoritária, sem embargo das “deficiências” dela, viesse também a reproduzir, em alguma medida, a trajetória dos partidos socialdemocratas europeus, em que a “eleitoralização” e o abandono ou a “milenarização” das metas socialistas ou revolucionárias se fizeram sem que se inviabilizasse o equilíbrio antes mencionado, isto é, sem que a preservação do mercado e do valor da autonomia tornasse inócuos a adesão ao valor da solidariedade e o compromisso social.

Naturalmente, as mudanças trazidas pela crise recente solapam essa expectativa. Se o realismo nos planos eleitoral e administrativo já tendia a produzir dificuldades junto aos setores mais ideológicos – ou propriamente sec-

4. Um par de observações relativas ao “troca-troca” de parlamentares entre os partidos indica a importância dos dois aspectos para a consistência partidária. Em primeiro lugar, o fato de que o PT é o partido menos exposto ao fenômeno no período recente. Em segundo lugar, o fato de que, no período 1945-1964, com a penetração popular da figura de Getúlio Vargas e sua projeção sobre o enfrentamento entre os partidos, produzindo identificações partidárias intensas entre os eleitores, a possibilidade da punição eleitoral inviabilizava que o fenômeno ocorresse em proporções sequer remotamente parecidas com as que temos tido agora.

tários – do partido, as revelações de 2005 exibem o destemperamento do realismo. Este não só intensifica as tensões e divisões internas, mas também, corroendo a imagem singular do PT até mesmo no plano ético (em que não há lugar para perplexidades “técnicas” como as envolvidas na administração econômico-social), indis põe o partido com a “opinião pública” e vastos setores de classe média e compromete a penetração e o apoio político-eleitoral que Lula chegara a obter também aí.

Mas a imagem popular de Lula, combinada ao impacto do assistencialismo social de seu governo (como quer que se queira avaliar tecnicamente as medidas correspondentes), continua a fazer dele uma liderança político-eleitoral importante e, como indicam até aqui as pesquisas, o candidato mais forte na eleição presidencial de 2006. Ora, isso se dá em circunstâncias em que se tornaram no mínimo incertas as perspectivas do PT como partido e problemáticas as suas relações com Lula. Se somamos a aparente debilidade da atual candidatura do PSDB e as prováveis tensões dentro dele em torno da disputa presidencial de 2010, coloca-se como questão central na conjuntura a de em que medida as circunstâncias virão a comprometer ou a permitir que subsista, de algum modo, o que pode ser visto como sadio e promissor tanto no peculiar papel que vinha sendo cumprido pelo PT quanto no prolongado predomínio conjunto de PT e PSDB nas disputas eleitorais do país. Do ponto de vista da indagação de “que fazer”, ou pelo menos daquilo por que caberia ansiar, poder-se-ia ponderar algo que tem sido objeto de certas especulações. Refiro-me à idéia de uma eventual reformulação partidária em torno da candidatura presidencial de Aécio Neves em 2010, com base em sua singular força eleitoral em Minas e na disposição que tem revelado ao diálogo transpartidário, reformulação esta que viesse a contar com o apoio de Lula e da fração do PT que se mantivesse fiel a ele: se o lulismo sem a promessa institucional do PT é insatisfatório, que tal um PSDB acoplado a certo lulismo diluído? Claro, há também a possibilidade de que Geraldo Alckmin acabe por ganhar a eleição;⁵ essa hipótese, contudo, parece tornar mais remotas as chances de um rearranjo partidário que preservasse a contribuição positiva representada pela penetração do PT junto ao eleitorado popular. Seja como for, além das dificuldades envolvidas no jogo político-estratégico que viabilizaria

5. Deixo de lado Heloísa Helena e seu PSOL, cujo relevo na campanha eleitoral em meados de 2006 parece claramente circunstancial e sem perspectivas político-eleitorais reais (a menos, quem sabe, que venham a passar no futuro, em algum grau, por um processo de “petização”).

a composição do PSDB com o lulismo em torno de Aécio, é sem dúvida precária a aposta de que se pudesse ter, mesmo com ela, a retomada mais ou menos segura da implantação de um sistema partidário capaz de reclamar respaldo popular continuado e de canalizar a participação político-eleitoral da população em termos partidariamente consistentes que servissem de obstáculo às formas tradicionais de populismo.

4

Se, à parte o que possa parecer desejável, o componente estratégico e a dependência em relação aos interesses e às manobras dos atores políticos são evidentes no que se refere às perspectivas que a eleição presidencial abre para a possível evolução do sistema político-partidário, esse componente surge também, naturalmente, como condicionante das chances de mudanças reais quanto aos diversos itens que se têm tratado na discussão da reforma política. Prescindindo dos meandros que as questões estratégicas introduzem, retomemos, a propósito de como tornar efetivas as reformas necessárias, a tensão de que se falou acima, tanto entre “engenharia” institucional e cultura, ou entre artificialismo legal e “decantação” contextual, quanto entre democracia e eficiência.

Certos traços da crise recente, em sua ligação com o problema da corrupção, deixaram patente seu caráter de nova manifestação de uma autêntica cultura politicamente negativa.⁶ Esse caráter se evidenciou sobretudo na “candura” com que diversas lideranças importantes, no governo ou na oposição (presidente da República, vice-presidente, ex-presidente, candidato à Presidência, líderes partidários – sem falar dos parlamentares acusados nas CPIs, ou de comentaristas na imprensa), aderiram de público, de uma forma ou de outra, à visão segundo a qual o crime eleitoral (o “caixa 2”) na verdade não importa: tentou-se reiteradamente separar o “trigo”, que vem a ser o “meu” crime, “meramente” eleitoral e portanto sem importância, do “joio”, o crime dos outros, este sim, crime autêntico e grave.

Na óptica orientada pelo empenho de reforma, a ligeireza dessa disposição de estabelecer graduações e ver com naturalidade ações contrárias à lei, e

6. Utilizo a seguir, com reformulações, algumas passagens de Fábio W. Reis, “O Joio e o Joio: Democracia, Corrupção e Reformas”, trabalho apresentado ao Fórum Especial “Reproclamação da República e Reforma das Instituições do Estado Brasileiro”, sob a coordenação de João Paulo dos Reis Velloso, Brasília, 1º de setembro de 2005.

portanto criminosas, é inaceitável. Ela é afim ao ânimo leve – ou mesmo o sentimento positivo de se estar agindo de forma apropriadamente “esperta” – com que meios empresariais, de profissionais de classe média em diferentes setores, funcionários públicos, professores universitários ou os cidadãos em geral se dispõem a sonegar impostos, cobrar diárias indevidas, transferir para a “viúva” pequenas despesas (ou nem tão pequenas) sempre que possível, gozar na praia as férias que se “vendem” e pelas quais se recebe o pagamento integral, ou simplesmente ignorar as regras de trânsito sempre que as condições permitam safar-se sem observá-las. É difícil avaliar com segurança até que ponto será peculiarmente brasileiro o caráter banal dessa difusa desatenção para com as normas. Mas com certeza não é irrelevante lembrar, a respeito, constatações reiteradas de pesquisas como as do World Values Surveys, executadas em escala mundial e incluindo dezenas de países de graus diversos de desenvolvimento econômico e tradições culturais e religiosas diferenciadas, em que o Brasil aparece como nada menos que o de pior posição entre todos no que se refere à proporção da população que revela acreditar que se pode, em geral, confiar nas pessoas: não ultrapassam 3 por cento os brasileiros que respondem afirmativamente!⁷

Essa aparente cultura anômica e corrupta se mostra relevante em diversos níveis. É evidente que ela se liga às grandes “maracutaias” a que a classe média reage (curiosamente, já que sem dúvida compartilha a cultura da “esperteza”) com indignação. Além disso, ela tem provavelmente algo a ver até com a violência nos meios populares e nas populações periféricas que a explosão urbana, agora ajudada pelo narcotráfico, multiplica em condições de grandes carências. Mas ela é também relevante quanto à instabilidade no plano das próprias instituições políticas, ou quanto ao fato de se terem mostrado por tanto tempo precárias entre nós as normas que deveriam enquadrar institucionalmente os decisivos conflitos de interesses envolvidos no desafio de incorporação social – vale dizer, a solução efetiva e estável do problema “constitucional” de que se falou antes. A indagação que parece justificar-se é a que se refere à complexidade das relações causais envolvidas no problema: por um lado, cabe presumir que dificilmente criaremos uma sociedade genuinamente democrática, cívica e infensa à corrupção sem lidar, no nível “estrutural” e profundo, com os fatores que preservam o legado de desigualdade e

7. Veja-se, por exemplo, Ronald Inglehart e Wayne Baker, *Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values*, *American Sociological Review*, vol. 65, no. 1, fevereiro de 2000, p. 36, figura 4.

elitismo; por outro lado, será razoável esperar que possamos superar esse legado sem agir com determinação no sentido de criar “artificialmente” os mecanismos legais e institucionais que possam pretender eficácia em ajudar a implantar uma cultura nova e politicamente mais propícia?

Seria certamente uma ilusão contar com que a manipulação de mecanismos como os envolvidos nas regras que se têm discutido entre nós a propósito da reforma política permitisse, por si só, a solução cabal dos nossos problemas. Mas é impossível pretender retirar do reconhecimento disso a razão para abdicar do esforço de construção institucional, que fatalmente envolve certo artificialismo legislativo posto em prática nas constrições da conjuntura, ainda que referido ao futuro e visando à impregnação do próprio contexto mais duradouro que enquadra e condiciona as ações do dia-a-dia. Se tomamos, por exemplo, algo que surgiu como possibilidade relevante na conjuntura atual, o impedimento do presidente, e examinamos os dispositivos legais pertinentes em sua relação com a estabilidade do processo político como desiderato, é possível confrontar a respeito as normas parlamentaristas, que possibilitam o processamento institucionalmente sereno da substituição da chefia do governo em diferentes circunstâncias, com a “cintura dura” que alguns apontam no presidencialismo, no qual, fora dos momentos eleitorais prefixados, só se remove um chefe de governo mediante traumático processo criminal. Como quer que se avaliem os méritos gerais de um e outro sistema de diversos pontos de vista, isso obviamente fornece argumentos, por um aspecto importante, para o esforço de reforma que vise à implantação do parlamentarismo.

Mas outros temas em debate quanto à reforma política também sugerem fortemente a direção em que cabe agir. Assim, se se retoma a questão da consistência dos partidos e do sistema partidário, é patente a contribuição corruptora trazida por um sistema político-partidário e eleitoral que leva a extremos a fluidez dos vínculos entre os partidos e seus membros. Essa fluidez incentiva a prevalência, a cada momento, do cálculo orientado por estreitos interesses individuais sobre considerações referidas ao partido ou a razões de lealdade partidária, em que os interesses supostamente se agregam e estruturam de maneira favorável ao bom andamento do processo político. Um princípio realista, como o que leva a atentar para as deficiências do eleitorado popular ou o que reconhece o espaço legítimo dos interesses na política, em contraste com “valores” supostamente mais “altos”, não torna aceitável que o necessário equilíbrio se rompa e a presença dos interesses se destempere na simples compra e venda de “passes” e apoios, quer esse destempero se acople ou não com formas mais deslavadas de populismo. Sem dúvida, o fundamento decisivo da

consistência dos partidos deveria vir, em última análise, de eleitores que se tornassem capazes de envolvimento sofisticado e atento com o processo político e das identificações partidárias que nascessem daí – ideal que estamos longe de alcançar. Mas não há razão para que não se adote, com respeito aos diferentes itens que têm sido objeto de discussão, uma disposição experimental: por que renunciar a experimentar com legislação favorável à fidelidade partidária, ou com cláusulas de barreira, regras sobre coligações, adequada combinação de princípios majoritários e proporcionais, listas partidárias fechadas ou “flexíveis”? E entra aqui com destaque especial, a meu ver, a necessidade de experimentação com formas apropriadas de financiamento público da atividade política, seja qual for a dificuldade de encontrá-las e colocá-las em prática. Além do aspecto normativo de que, ao contrário do direito de voto, o direito de ser votado está longe de ser assegurado igualmente dada a enorme desigualdade no controle de recursos privados, é bem claro que os recursos para o financiamento da atividade político-partidária, em geral, e das campanhas eleitorais, em particular, são o ponto crucial do jogo de compra e venda e da articulação escusa entre o público e o privado.

A crise de 2005 traz estímulos talvez inéditos a que se aja no sentido de mudar o próprio substrato cultural da política brasileira. Se não se abre mão de postulados realistas, não cabe esperar que a eficácia da ação orientada por esse objetivo seja o resultado de esforços edificantes e da aposta numa espécie de “conversão” dos agentes da política, aposta que tem estado subjacente à difundida adesão a um modelo idealizado de “política ideológica” e à perene exortação a que nossa vida política adquira conteúdo ideológico. Diferentemente, a eficácia virá de que as alterações nos mecanismos institucional-legais sejam feitas de modo a mudar a percepção pelos agentes dos incentivos – e desestímulos – oferecidos aos seus interesses pelo contexto em que atuam. Se as percepções e expectativas – isto é, os componentes cognitivos ou intelectuais das atitudes, ou das disposições a agir desta ou daquela forma – se modificam, então se poderá esperar que se cumpra o preceito sociológico segundo o qual expectativas que se reiteram tendem a transformar-se em *prescrições*, com a eventual mudança real dos próprios componentes normativos e, assim, da cultura que os contém.⁸

8. Dados brasileiros de pesquisa executada por equipe do Departamento de Ciência Política da UFMG, sob a coordenação do autor, mostram a importância dramática que podem assumir as relações entre normas e expectativas no condicionamento do comportamento referido à política. Eles indicam com grande clareza, por exemplo, que, no caso (*continua*)

Mas não é caso de ignorar ou minimizar, nessa perspectiva, o papel potencial da liderança e do equilíbrio em seu recurso ao realismo. Seria de grande ajuda, presumivelmente, poder contar com o efeito sobre as expectativas, em algum momento, do caráter exemplar de líderes dotados de real grandeza moral, em contraste com certos abusos que se valem das confusões envolvidas na distinção de Max Weber entre a “ética das convicções” e a “ética da responsabilidade”.⁹ À parte a idéia de que a liderança inspire por si mesma o comportamento “virtuoso”, é preciso atentar para a possibilidade de que a liderança exemplar produza, mais realisticamente, mudanças no plano das percepções, ensejando a convergência de expectativas institucionalmente próprias. No caso brasileiro, poderíamos ter aí, quem sabe, algo favorável à superação da condição em que cada qual, frustrado mesmo por líderes de porte supostamente especial que acabam por apegar-se nas apostas de um realismo míope, se percebe como “bancando o otário” se não jogar, como “todo mundo”, o jogo das espertezas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INGLEHART, Ronald, BAKER, Waine. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. *American Sociological Review*, vol. 65, n. 1, fevereiro de 2000.
- PIERSON, Paul. Coping with permanent austerity: Welfare State restructuring in affluent societies. In: PIERSON, Paul. (Ed.). *The new politics of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

(continuação) de expectativas desfavoráveis resultantes da percepção do provável comportamento dos demais (justamente o que se destaca nas mencionadas verificações negativas do World Values Surveys sobre o Brasil), mesmo as normas a que efetivamente se adere se tornam irrelevantes para as decisões sobre como agir. Veja-se Fábio W. Reis e Mônica M. M. Castro, “Democracia, Civismo e Cinismo: Um Estudo Empírico sobre Normas e Racionalidade”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, no. 45, fevereiro de 2001.

9. Veja-se a discussão das confusões conceituais de Weber a respeito em Fábio W. Reis, “Weber e a Política”, *Teoria & Sociedade*, no. 12.2, julho-dezembro de 2004.

REIS, Fábio W. O joio e o joio: democracia, corrupção e reformas. In: FÓRUM ESPECIAL “REPROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E REFORMA DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO”, sob a coordenação de João Paulo dos Reis Velloso, Brasília, 1º. de setembro de 2005.

_____. Weber e a Política. *Teoria & Sociedade*, n. 12.2, jul./dez. 2004.

REIS, Fábio W., CASTRO, Mônica M. M. Democracia, civismo e cinismo: um estudo empírico sobre normas e racionalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, n. 45, fev. 2001.

FÁBIO WANDERLEY REIS é cientista político, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais e autor, no período recente, de *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira* (Edusp) e *Tempo presente: do MDB a FHC* (Editora UFMG).